

Arquiteturas de uso misto em Macaúbas, Alto Sertão Baiano: sistemas construtivos, práticas de morar e trabalhar.

JOSÉ ANTÔNIO DE SOUSA*

Resumo

Este trabalho traz em destaque algumas tipologias de arquitetura civil de uso misto da cidade de Macaúbas, região do Alto Sertão baiano, erigidas em diferentes contextos históricos. A partir de sua identificação e classificação, o objetivo é evidenciar esses diferentes modelos de sistemas construtivos vernáculos e ecléticos, as influências da arquitetura colonial, os valores e práticas de morar e trabalhar como sendo representativas da identidade cultural daquela região, pelo seu caráter peculiar, como remanescentes históricos do patrimônio cultural. Essa pesquisa coloca em evidência a relação *arquitetura e sociedade* ao analisar historicamente as práticas de construir, morar e trabalhar, as inter-relações a um conjunto de valores que constroem uma identidade local. Resultado de uma longa trajetória práticas empíricas de técnicas tradicionais circunscritas na história da arquitetura colonial brasileira, em Macaúbas podemos observar as variantes dos estilos arquitetônicos, as relações sociais, econômicas e culturais da região em tela. Nestes ambientes construídos, palpita uma atmosfera do espaço doméstico multifacetado de imagens fotográficas de família, a disposição do mobiliário como os bancos, cadeiras, os utensílios domésticos nas cozinhas, e ferramentas. Esses objetos indicam hábitos e formas de relacionar como o espaço.

A arquitetura pode ser considerada uma fonte para a história? O referencial teórico metodológico da cultura material é importante para refletirmos acerca das fronteiras e circularidades de ideias entre história e arquitetura. A arquitetura no Alto Sertão baiano carrega em si um amplo conjunto de valores simbólicos e históricos que conferem uma concretude da vida humana em suas individualidades e subjetividades perante as experiências históricas dos indivíduos. O modelo tipológico de casa de função ou uso misto é representativo desses valores simbólicos acerca das diversas necessidades em morar e trabalhar num mesmo local. Os estudos sobre as práticas ou técnicas de construção apontam para transformação paulatina dos edifícios da cidade, quando os antigos partidos tradicionais foram sendo transformados e remodelados, absorvendo uma série de características de um determinado contexto social e econômico, como as diferentes influências historicistas da arquitetura que então estavam sendo propagadas das metrópoles para o interior. Estima-se que o contato histórico entre os antigos proprietários de terras/comerciantes, pedreiros e mestres de obras, políticos, religiosos, em Macaúbas, com as metrópoles do sul como São Paulo, as trocas comerciais, observações in loco, a leitura de revistas, ou jornais os tenham influenciado sobre diferentes formas essas edificações.

*Pesquisa realizada no âmbito do programa de pós-graduação em História, cultura e memória na Universidade Federal de Sergipe – PROHIS-UFS, com auxílio de bolsa pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior -CAPES. sousasjoses@gmail.com

Palavras-Chave: Arquitetura, sociedade, construir, morar e trabalhar.

“A arquitetura abrange a consideração de todo o ambiente físico que circunda a vida humana; (...) já que a arquitetura é o conjunto das modificações introduzidas na superfície terrestre visando as necessidades humanas” (Moris apud Benevolo, 1972:12). Essa conceituação foi proferida pelo design inglês, teórico da conservação, William Moris, vemos como é surpreendente a síntese conceitual da arquitetura nessas considerações, vendo a relação homem-natureza e uma ideia implícita de funcionalidade como uma marca dos valores e das concretudes das experiências humanas. Assim veremos como a arquitetura em Macaúbas configura-se como uma arte e expressão, de modo que está circunscrita a um conjunto de informações sobre valores como o ato de morar e as ações que se desenrolam no cotidiano dos espaços domésticos em diferentes espacialidades, bem como as diferentes experiências de trabalho associada às concepções espaciais dessas edificações. Esse trabalho apresenta um recorte conceitual à medida que procura analisar alguns desses modelos tipológicos de arquitetura como essa peculiaridade do uso misto na cidade de Macaúbas. A metodologia deste trabalho provém dos estudos de inventariação de alguns de seus acervos realizados na cidade, bem como a leitura de referências bibliográficas.

Ao historiador que tenha como preleções fontes documentais na arquitetura, para construir um discurso narrativo sobre um lugar e época, deve orientar-se por uma discussão epistemológica. Márcia Regina Chuva no texto “*A história como um instrumento de identificação de bens culturais*” elabora uma interessante abordagem do historiador na tarefa de identificação e preservação de bens culturais, como patrimônios artísticos. Trata-se de um texto correlato ao seminário sobre a importância dos inventários de identificação, como instrumento metodológico de investigação. Márcia Chuva discute as fontes como tradução e interpretação, segundo ela, para além do saber da fonte do outro é preciso fazer-lhes perguntas, “quem produziu ou produz a fonte ou o objeto recortado” (Chuva, 1998:49) as características da produção, origem, transformação, motivações. A autora vê as fontes como código a ser traduzido os significados. “A linguagem histórica deve ser compreendida enquanto tradução de linguagens culturais, com suas temporalidades próprias” (Chuva, 1998:42).

Para Márcia Chuva esse exercício de tradução permanente permite a construção de infinitas leituras, ainda que fragmentárias pelo recorte cronológico ou regional. Nega-se, assim a

possibilidade de uma verdade absoluta, pois o passado é uma construção infinita feita por recortes. Assim os objetos como espaços urbanos e edificações em que estamos a analisar, possuem seus códigos os quais são passíveis de tradução pela sua concretude existencial enquanto materialidade física, mas, impõe um rigor teórico e reflexivo, sobretudo se tratar do caráter inventivo das experiências humanas.

Arquiteturas de uso misto, valores e testemunhos históricos no Alto Sertão da Bahia

Os estudos acerca da história das práticas construtivas e permeados pela ideia dos saberes e fazeres sobre a arquitetura que fora erigida no alto sertão da Bahia ainda são escassos, sobretudo trabalhos situados numa relação entre história, arquitetura, urbanização e sociedade. A antiga arquitetura colonial no alto sertão baiano ainda necessita de muitas problematizações e investigações, como um documento importante sobre a formação histórica dessa região através de seus acervos no campo da arquitetura religiosa, militar ou civil, não o mero conhecimento técnico da arquitetura pela arquitetura ou o mesmo para o fenômeno da urbanização e suas nuances em diferentes contextos e conceitos, em abordagens sobre sua materialidade, mas, sim ao nos referirmos sobre essas arquiteturas como documento histórico que testemunha valores sobre a vida social e cultural, também estamos nos referidos a valores intangíveis. Estamos a pensar sobre as antigas formas construídas e tipologias arquitetônicas erigidas em nossos antepassados, como as capelas, casas de fazendas, residências, os órgãos oficiais da coroa lusitana, mas, sim um conjunto de valores objetivos que estão impressos em cada uma dessas expressões.

Utilizamos neste trabalho a denominação Alto sertão da Bahia para demarcar uma região que remonta aos antigos territórios coloniais das antigas vilas de Rio de Contas e a Vila do Príncipe e Santana de Caetité, Santo Antônio do Urubu de Cima, as quais foram se formando durante o século XVIII, tendo como motivação a exploração do ouro nos vales dos rios Paramirim, rio das Contas, a criação de gado, agricultura e seus desdobramentos na interiorização e ocupação nos sertões. Analisando os processos de interiorização do império português através da ação dos sertanistas a que denomina de “homens de caminho”, Isnara Pereira Ivo, trabalhando com a ideia de um processo de mundialização quando da união das duas coroas ibéricas Portugal e Espanha, mostra como esse processo era movimentado por uma rede de trocas culturais, mediações e interligações. Para ela o

império lusitano “ao adentrarem em regiões não litorâneas, planetário das monarquias católicas: entre eles, o Sertão de Minas Novas do Araçuaí; o Sertão da Ressaca, grosso modo, município da Imperial Vila da Vitória, o Alto Sertão da Bahia, Rio de Contas e Caetité (Ivo, 2012:32) que “vivenciaram, de forma conectada, as experiências de trânsito e de mobilidade verificadas em todo o mundo ultramarino” (Ivo, 2012:35). A cidade de Macaúbas insere-se nesse movimento de interiorização dos sertões da América portuguesa num processo de transição entre os séculos XVIII-XIX numa espacialidade denominada de sertões de Paramirim.

Para Albertina Vasconcellos o “sertão” corresponde à vasta área de território que serviu como freio e reserva à completa ocupação e domínio do empreendimento colonizador “De terra de índios o sertão transmuta-se em terra de ninguém e em terra de alguns” (Vasconcelos, 2015, p.47). Para a autora com a materialização mais visível da implantação das estruturas de poder metropolitano, a política de aldeamentos, fazendas de gado e a superintendência da mineração, conferiam ao sertão outra feição, a de uma paisagem transformada pelos povoados e vilas, onde a partir de então a administração colonial passou a denominar essas diferentes regiões vastas em “sertão de cima, sertão de baixo, sertão do São Francisco, sertão da Ressaca” (Vasconcelos, 2015, p.47).

A arquitetura em Macaúbas desse modo ainda que tardiamente, recebe muitas influências do padrão de colonização plasmado nos sertões das capitanias da Bahia e de Minas Gerais, nos setecentos, presentes, sobretudo na urbanização das vilas mineradoras, do gado e da agricultura. As antigas práticas de edificar em Macaúbas provêm dessas vilas coloniais em suas áreas limítrofes nas capitanias da Bahia e de Minas Gerais, como Serro Frio, Minas Novas resultado dos trânsitos comerciais e culturais apontados por Ivo, bem como da posterior mineração na Chapada Diamantina no século XIX. Em Macaúbas essa conexão de influências com os circuitos coloniais, está relacionada à ocupação com os negócios da terra, as demandas do comércio nas vilas setecentistas e da economia colonial ultramarina em escala mundial.

Júnia F. Furtado ao escrever sua tese sobre os mecanismos da interiorização do império ultramarino, assim como Isnara Ivo, buscou compreender a história do comércio e dos comerciantes nas minas setecentistas, trata-se de uma pesquisa que busca que aborde os mecanismos de espacialização e instrumentalização do poder no ultramar e a formação de uma cultura política e

administrativa da sociedade colonial mineira, e com tal, esse estudo espraia-se nas visões gerais sobre outros espaços setecentistas coloniais.

As arquiteturas como espaço de finalidades objetivas, estão em conexão com as influências do poder ultramarino, sua ressonância ocorre como desdobramento das negociações com o ouro e diamantes, do gado e da agricultura que formavam redes de “homens de negócios” (Furtado, 2006:19), “homens de caminho” (Ivo, 2012:20) ou em nosso entender os “homens de sonhos” no sertão do Paramirim, num universo plural, marcado pelas subjetividades das experiências humanas, bastante complexas e que requer ao pesquisador uma contextualização e caracterização em suas particularidades perante a esse processo de espacialização do poder do império ultramarino português, pois “os estudos das formas de administração colonial, salientando seu aspecto repressor, não foram capazes de explicar como se deu a constituição e construção de uma identidade comum, entre a metrópole e seus colonos” (Furtado, 2006:15).

Em Macaúbas a experiência da arquitetura colonial encontra-se no antigo Arraial de Santana Lagoa Clara, muito embora aquelas construções, a exemplo da residência de Sebastião Cardoso da Silva, sejam datadas do começo dos oitocentos, o povoamento da região é anterior e nos reporta a segunda metade do século XVIII com os fracionamentos de terras das fazendas de Vargens e Pé de Serra (Neves, 2008:155).

A casa de Sebastião Cardoso da Silva (figura 01) como um exemplar de arquitetura mista foi construída em meados da primeira metade do século XIX constituindo uma importante geração das edificações, mas não associada a ocupação inicial do território. Como residência desta família desde o Sr. José Ferreira da Silva, que era tropeiro, a edificação compõe o conjunto histórico da Praça de Santana e foi analisada em parecer técnico pela Arquiteta Zulmira Bitencourt Correia, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC em 2004, como importante exemplar de casas rurais do povoamento no município.

De acordo com a família o porão tinha a função de depósito de grãos, ferramentas e tralhas, ligado às atividades comerciais, pois os antigos proprietários eram tropeiros (figura 03). O tropeirismo era uma prática social, cultural e econômica disseminada nos vastos sertões. De acordo

com Jurema Machado Paes, que estuda o tropeirismo no Alto Sertão da Bahia, mas precisamente em Rio de Contas e Caetité, áreas limítrofes à Macaúbas diz que:

O tropeirismo possui diversas categorias, ou seja: a relacionada ao comércio de muaras, a relacionada a produtos de exportação, e a ligada aos transportes de mercadorias de abastecimento interno (a policultura e a pecuária) que eram produzidas dentro da colônia para abastecer as regiões interioranas e as suas principais vilas e cidades (Paes, 2001, p.26).

As tropas assim tem uma relação direta como o tipo de economia e a região, nesse sentido era esse tipo de tropeirismo que era desenvolvido no Arraial de Lagoa Clara, assim se fazia o transporte de vários produtos, como milho, feijão, farinha, por exemplo, como atividade fundamental no abastecimento.

A residência de Sebastião Cardoso está implantada em declive numa esquina da Praça da Igreja de Santana. Seu acesso é feito por uma escada de pedra aparente que faz a ligação entre os dois níveis da edificação, do porão ao piso da residência. O porão é um elemento colonial. Tanto a fachada frontal principal como lateral possui janelas e portas em madeira de verga reta, com cercaduras em madeira sem ornatos de influência colonial. O telhado em telha vã vê a estrutura de caibros e ripas com beiral em cachorrada, conferem um caráter vernáculo em sua execução. Suas paredes autoportantes em adobes revestidos com barro.

A planta quadrada possui o padrão similar da região com algumas diferenças, geradas da imposição da topografia. A composição espacial (figura 02) inicia-se pela sala de visitas à frente ladeada por dormitórios, a ligação com a sala de jantar é feita com uma pequena escada de alvenaria de pedra, que corrige o desnível do terreno da Praça. Os pisos são de tijoleira de pedra, sendo que o piso da sala de jantar em assoalho em barotes e paralelo ao porão. A cozinha e o banheiro são anexos de intervenção posterior.

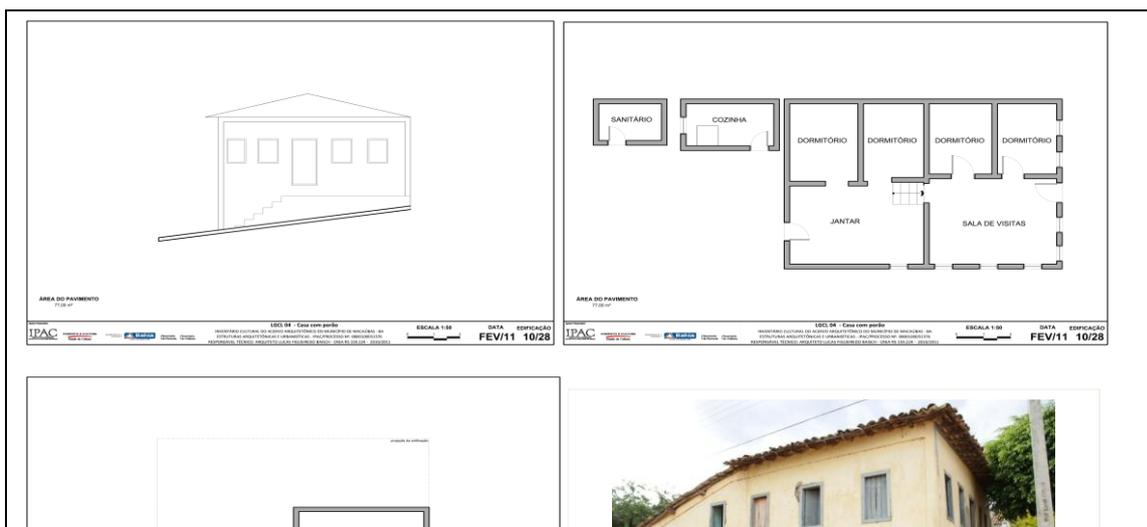




Figura 1 – Desenho da fachada principal voltada para Praça Igreja Santana. Figura 2 – Planta baixa e programa de necessidades. Fonte: ICAAM, 2011. Figura 3 – Perspectiva do porão. Fonte: ICAAM, 2011.

A antiga documentação sobre a formação histórica do alto sertão da Bahia no século XVIII como as escrituras de compra e venda, os inventários pós morte, aludem os sucessivos fracionamentos dos latifúndios da Casa da Ponte da família Guedes de Brito, as apropriações e os negócios da terra, pecuária, mineração e comércio, sobre as conquistas dos sertões, a formação dos sítios e fazendas pecuaristas, a exemplo da casa da fazenda de Brejo dos Padres encravada nas cabeceiras do Rio das Rãs em terras do antigo Arraial de Santana de Caetité, e que pertenceu ao Capitão Antônio Xavier de Carvalho Cotrim, a Casa da fazenda Santo Antônio, cujas parcelas arrendadas no início do oitocentos pertencia a Luiz José Pinto, depois vendida em 1809 para sua viúva Maria Alves Ferreira através de Joaquim Pereira de Castro, vinte anos depois transferidas para Bernardo de Brito Gondim (Neves, 2008:116).

Como exemplo a esses estudos e de grande importância, destacamos o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC-BA, coordenado pelo professor Paulo Ormino Azevedo, seus oito volumes trazem em conjunto uma grande riqueza de detalhes e considerações sobre as relações históricas entre essas regiões, sejam pelos processos de colonização, as relações comerciais, as singularidades culturais e os trânsitos humanos dos povos de diferentes etnias que circulam historicamente nestes territórios. O historiador Erivaldo Neves Fagundes ao escrever a história da cidade de Igaporã neste contexto discorre sobre a ocupação dos sertões da Bahia, pois nesta região

“desenvolveram-se várias fazendas integradas (...) além dos vínculos institucionais, num só processo de formação socioeconômica, entrelaçaram-se famílias, que urdiram uma comunidade sertaneja e construiu no curso de três séculos suas tradições sociais, políticas e culturais nas relações de vizinhanças e parentesco com a consciência de pertencimento aquele espaço da Serra Geral, entre as nascentes do Santo Onofre e das Rãs e vertentes do São Francisco” (Neves, 2008: p.140).

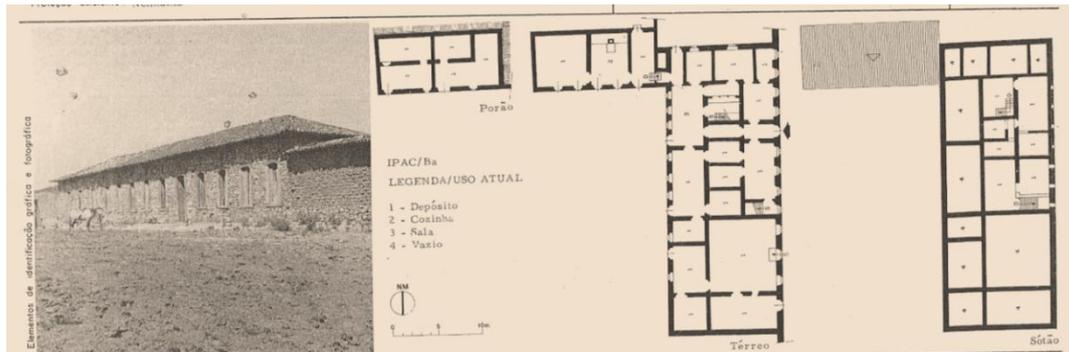


Figura 04: Casa da Fazenda Santo Antônio em Igaporã Fonte: IPAC-BA, 1978.

Os estudos sobre a função mista da arquitetura não é uma novidade ou exclusividade nos sertões da Bahia, mas sim uma análise que visa identificar suas particularidades culturais num fenômeno que é típico das conveniências dos interiores do Brasil, mas, complexo devido as diferentes linguagens arquitetônicas em seu caráter de produção, além dos valores de uso e formas de ocupação dos espaços, as hierarquias de acesso em sua multiplicidade de valores e tradições circunscritos num processo histórico de longa duração, haja a vista, a história da arquitetura brasileira.

As arquiteturas nos sertões do Paramirim são depositárias dessa tradição de uma cultura permeada pelo saber fazer, resultando nas formas e tipologias arquitetônicas de regiões limítrofes desde o início do século XVIII, durante o processo de formação das regiões do alto sertão da Bahia. A tectônica das expressões arquitetônicas é resultante dos mais variados fins, sejam pessoais, econômicos e políticos, pautados por suas necessidades objetivas como as questões ontológicas do morar e trabalhar. Em Macaúbas duas tipologias arquitetônicas como modelos representativos de sistemas construtivos são percebidas pela linguagem, elementos figurativos e visualidade. Primeiramente destacamos um conjunto remanescente de arquiteturas vernáculas, de estilo colonial, erigidas tardiamente ao longo dos séculos XVIII e início do século XIX, a velha arquitetura dos primeiros tempos de ocupação ainda necessita de melhores observações e análises através de outras fontes documentais devido o seu desaparecimento pela perda de sua materialidade. Desde já

assinalamos que as arquiteturas da cidade de Macaúbas e com algumas correspondências com outras cidades de sua região e do país não se destacam em função de uma prática projetual oriunda de circuitos acadêmicos e com um caráter erudito, fruto de uma especialização, salvo algumas expressões, remodeladas em contextos posteriores, segundo revivais clássicos, neoclássicos, transmutando-se em expressões ecléticas que irá expressar as necessidades e o desejo pela modernização em tempos republicanos na cidade a moda do século XIX, ou seja, uma replicação e remodelação nas edificações preexistentes que passam a ganhar novos elementos figurativos e soluções técnicas, em função de obrigações expedidas no Brasil Império, como as platibandas, mas, também seu impulso ocorre paralelo ao crescimento paulatino da industrialização e a propagação de novos materiais de construção. Em Macaúbas a velha arquitetura em estilo colonial tardio será ao longo dos anos remodelada, sobretudo no apuro técnico das fachadas, recebendo “colagens” em uma gama de revivais historicistas. Essas transformações na arquitetura geraram intensos debates em torno de uma tradição versus modernidade.

O Ilustre morador da Vila de Macahubas, o Vigário Colado na Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Macahubas, o Cônego Firmino Baptista Soares, formou-se no Seminário da Bahia tendo sido companheiro de seminário do Cônego Hermelino Marques de Leão, que o substituiu na Paróquia da Imaculada Conceição, após a sua morte ocorrida em 24 de julho de 1898. O Cônego Firmino morava em uma casa situada na Praça da Matriz, bem próximo da Igreja da Conceição. Trata-se de uma casa edificada em data incerta, talvez entre os anos da década de 1870-80, construída por ele ou adquirida? O período do Pe. Firmino Soares em Macaúbas, como podemos ver nas descrições históricas feitas por Cícero Campos, é bastante conturbado, pois trata-se conflitos políticos sangrentos na vila entre os grupos liberais e conservadores, protagonizados pelo Juiz Municipal Ernesto Botelho de aspiração liberal e o Capitão Porfírio Brandão de orientação conservadora. Perseguido pelo Capitão Porfírio Brandão, muda de freguesia.

O Dr. Henrique Vital Soares de acordo com a historiadora Consuelo Novais Sampaio¹, nasceu no dia 3 de novembro de 1874. Era filho de Firmo Batista Soares e de Rosalina Henrique

¹ Historiadora, professora aposentada da Universidade Federal da Bahia – UFBA, fora diretora do Centro de Memória da Bahia. Membro da Academia de Letras da Bahia. Entre os seus trabalhos destacamos: “O Poder Legislativo da Bahia - Primeira República 1889-1930”.

Soares. Entregue pelos seus pais aos cuidados do seu tio-padre, quando ainda era criança, do qual fora responsável pela sua instrução e formação inicial, até se mudar para Salvador para ingressar na Faculdade de Direito da Bahia, onde concluiu o curso em 1898, assumindo tempos depois à promotoria de Macaúbas, residindo na cidade até por volta de 1902, ou permanecendo mais tempo como afirma alguns. Ao regressar a Salvador seguiu carreira política tendo uma ascensão vigorosa após a queda da oligarquia Seabra. Sua entrada na política está associada a sua carreira como advogado e sua inserção na oligarquia dos Góis Calmon que o projetou, assim galgou os cargos de Deputado Estadual e Federal entre 1926-27, foi governador da Bahia entre os anos de 1928-30, renunciando ao cargo para formar chapa como Vice-presidente da República ao lado de Júlio Prestes, tendo sido eleito, mas, não assumindo o cargo devido a Revolução de 1930. Falece em 1933 deixando o sobrado que herdou do tio-padre como doação a Prefeitura da cidade.

O imóvel inventariado apresenta uma nova implantação de casas na cidade e da nova arquitetura em fins do século XIX. Seu acesso é feito por dois pátios laterais /corredores, possuindo um térreo, cujas aberturas são em arco pleno e as da fachada lateral em vera reta. Em seu pavimento superior ou primeiro andar em forma de torre, também descrito como mirante, o acesso se dá por uma escada de madeira no centro da edificação (figura 59), nesse pavimento têm-se duas salas nas extremidades, as aberturas são ogivais. Os dois pavimentos são terminados em cimalha e platibanda.

A configuração espacial remete a tipicidade da arquitetura colonial, cuja espacialidade compõe-se: sala de visitas à frente – corredor – sala de jantar nos fundos, esse corredor central dá acesso aos quartos, conforme a planta. Seu sistema construtivo é formado por paredes autoportantes em alvenarias de tijolos. Sua fachada principal voltada para Praça da Matriz guarda um ritmo, simetria e hierarquia volumétrica. O acesso original se dava por um pequeno hall de distribuição, dele se tinha acesso, à direita a sala de visitas. Segundo Paulo Azevedo (Ipac-BA, 1997, p.100) o mirante é um elemento que reporta as residências e conventos no século XVIII em Salvador. Essa monumentalidade descrita anteriormente quando tratamos da arquitetura eclética, representa a busca da beleza, expressa o poder econômico, o prestígio, status social e o progresso em tempos republicanos. Esses referenciais historicistas revivalistas modernizantes são uma marca daquele contexto político, econômico e cultural, bem como a mão de obra especializada trazida provavelmente dos edifícios de Salvador e adaptadas na cidade por Vital Soares. Podemos ainda observar o seu

conjunto de ornamentos, pinturas em relevo, estuques. Esse imóvel apresenta valor histórico e arquitetônico para cidade, e consta no relatório do IPAC-BA no ano de 1978. “Edifício de relevante interesse arquitetônico” (...) “Casa do final do século passado, com porão alto, acessos e afastamentos laterais” (Ipac-BA, 1997, p.255-56). Em relação ao uso do espaço na época do Padre Firmino ainda não foi possível memorar devido à falta de registros fotográficos ou documentos primários, bem como as alterações internas em que talvez nada lembre a época de Firmino.

Nesse período Vital Soares, provavelmente empreendeu uma grande reforma. consta na fachada os anos de 1885-1895, transformando a tímida casa térrea, que ganhou ares de sobrado e monumentalidade, ressalta-se essa data não é a de construção daquela edificação. A composição da fachada recebeu uma série de elementos arquitetônicos, que passou a caracterizar a velha casa em arquitetura eclética, onde se identifica uma série de revivais historicistas como o mirante neogótico, elementos neo-renascentistas e neo-barrcos, vendo suas cercaduras e vãos de abertura ogivais e os arcos plenos. O Dr. Vital Soares tinha intenções claras de mostrar o seu poder, a busca do conforto, a estratégia da torre com sacada como elementos que conferem a vista estratégica e privilegiada da praça, ao que parece um espaço de reuniões.

Depois de ser a residência Padre Firmino e de Vital Soares, tornou-se uma edificação de propriedade e utilidade pública da cidade de extremado valor, como o funcionamento do colégio normal, em seguida sede da prefeitura municipal por anos. Em 1986 passou por outra grande reforma no governo de João de Oliveira Figueiredo, tendo sido trocado o telhado, inserido os novos portões e trechos do piso, sistema hidráulico. Nos registros fotográficos observam-se os andaimes e o barro como exemplo de práticas e materiais locais. A restauração da fachada feita em 2010, numa importante reforma na edificação através da Fundação Pedro Calmon, o edifício foi adaptado para ser a Biblioteca Municipal Professor José Zacarias do Amaral Rêgo.



Figura 05 – Prefeitura Municipal – Macaúbas, BA. Fonte: Acervo IBGE, S/D. Figura 06 – Vista da Atual Biblioteca Professor Zacarias Amaral. Fonte: Acervo.

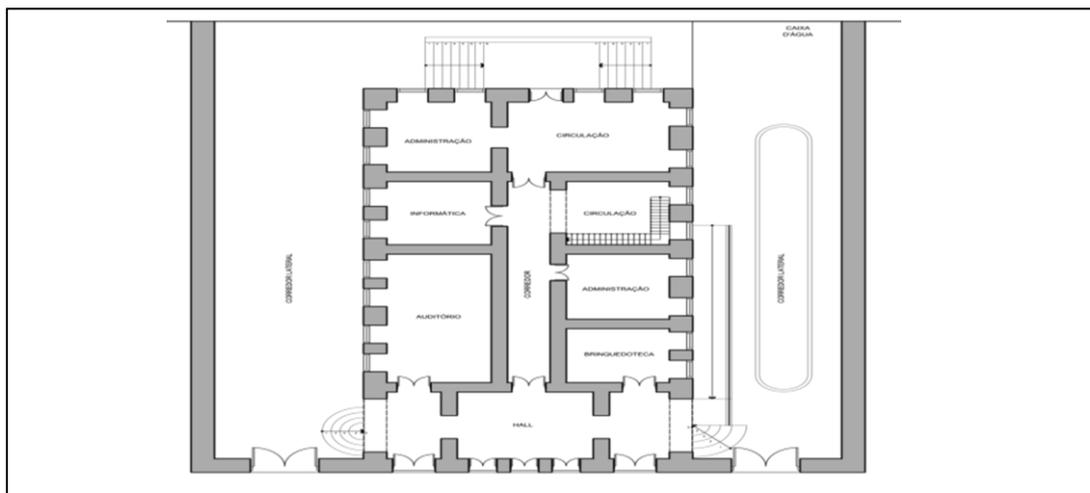


Figura 07 – Planta Baixa do térreo

Considerações finais

A arquitetura traduz-se em documentos primários percebidos através de análises *in loco* e elaborações de um conhecimento técnico especializado sobre a morfologia das edificações, volumetria, implantação, materiais e técnicas construtivas, a complexa leitura dos estilos históricos e artísticos, elementos de ornamentação e composição estética, estudos sobre usos e funções, estado de conservação e classificações tipológicas. Uma documentação escrita fidedigna, sobretudo se tratar de edificações desaparecidas e ou alteradas ao longo do tempo é fundamental para interpretações mais seguras, a exemplo de nossa antiga arquitetura civil rural colonial nascida do processo de formação dos sertões altos da Bahia no século XVIII.

Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, analisando historicamente os significados da palavra patrimônio e numa visão antropológica, considera que suas interpretações nos conduzem as limitações e possibilidades, a palavra patrimônio apesar de ser uma invenção moderna dos processos de formação dos Estados Nacionais europeus em fins do século XVIII (Gonçalves, 2003:21), trata-se de uma noção que é anterior a esse contexto, pois o sentido do patrimônio poder ser analisado desde

as sociedades tribais, clássicas e medievais. Para Gonçalves a categoria de patrimônio é importante como o conhecimento da sociedade ao longo desse processo histórico. “Suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza, etc.” (Gonçalves, 2003:23). Nesse sentido a categoria de patrimônio é uma construção social em contínuas modificações a medida que se estabelecem essas diferentes qualificações.

Como arte e prática cultural, e essa noção de patrimônio os documentos arquitetônicos exprimem relações homem e sociedade através de leituras do espaço urbano e de valores sociais a ele intrínsecos. A relação *arquitetura e documentação* oferecem inúmeras possibilidades de interpretação e escrita da história, porém, como fonte, apresenta limites em seu tratamento, como a identificação do contexto, autoria, caráter de produção e transformação. Uma edificação se altera com o tempo em função dos sucessivos proprietários, mudança de valores, modificações no programa de necessidades, remoção ou acréscimo de elementos. Essas e outras alterações podem ou não serem percebidas num exame *in loco* ou documentação na fase de pesquisa histórica de uma recomposição e mesmo pretensa da originalidade de uma edificação em projeto de restauro, pois intervenções posteriores são consideradas pastiches.

As expressões arquitetônicas como possibilidade de escrita da história, são interpretadas como bens materiais da cultura ou cultura material, um conceito teórico do campo arqueológico que interpreta os “materiais e objetos concretos da vida das sociedades” ou “materialidade da coletividade” (Bucaille e Pesez, 1989:11). Essas proposições são feitas por Bucaille e Pesez acerca da “Cultura Material” para uma história das abordagens econômicas, sociais, e como noção definidora para história das técnicas. A interpretação social através de bens materiais da cultura fornece subsídios para entender a coletividade da sociedade, como tradição cultural de uma maioria ou das massas, o que também conceitua e qualifica o patrimônio cultural, como vimos anteriormente nas asserções de Gonçalves.

Referências

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural. IPAC-BA- Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina.** Salvador, 1980.

BENEVOLO, Leonardo. Introdução a arquitetura. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean - Marie. *Cultura Material*. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN / CM, 1989, vol.16 – Homo/ Domesticação / Cultura Material, p.11-47.

CHUVA, Márcia. A história como um instrumento de identificação de bens culturais. In: **Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira.** Org. MOTTA, Lia e

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócios: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas.** 2ªed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos** In: Rio de Janeiro: DP&A, 2003.pp.21-29.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas.** *Revista de História*, São Paulo, n.115 (Nova Série), julho-dezembro de 1983, p.103-117

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local).** Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão baiano.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Maria Beatriz Resende. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. pp.41-50.

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República – 1889-1930.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2015.

VASCONCELOS, Albertina Lima. **As Vilas do Ouro: sociedade e trabalho na economia escravista mineradora (Bahia, Século XVIII).** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2015.